

# Centenário do nascimento de Mário Sacramento

Ílhavo, 4 de Julho de 2020

Intervenção de Jorge Sarabando  
Vogal da Direcção

Foi há muitos anos, um pouco mais que os 48 que durou a sua curta vida, que perdemos Mário Sacramento.

Vida breve mas tão fértil que a sua memória perdura no tempo e não cabe nos limites de uma simples evocação.

Mário era uma personalidade rara, que se distinguiu em múltiplos domínios: o da cidadania, na luta pela liberdade e a emancipação social, o do exercício probo e competente da medicina, o da incansável actividade cultural e do labor ensaístico e, num plano que sobreleva os demais, o da dimensão humana.

Quem o conheceu não o esquece, a sua bonomia e a atenção que a todos devotava, a sua capacidade de ouvir e de convencer sem querer vencer, a sua humaníssima solicitude para quem buscasse resposta a uma simples dúvida ou conforto para o sofrimento, a serenidade e a convicção que revelava na defesa do que entendia ser justo e acertado, ou ainda aquelas súbitas exasperações contra a Ditadura e os seus serventuários.

Corrigindo Montaigne, escrevia, dando um fiel retrato de si próprio: “O meu ofício, a minha arte, é a vida mas é, em primeira mão, a vida dos outros”.

Os que o conheceram sabem como sofria por cada corte da censura e como imaginosa e pacientemente escolhia, uma a uma, cada palavra para exprimir uma ideia, e as recobria das vestes mais diáfanas para que, iludindo o censor, chegassem intactas aos seus leitores. Os que o conheceram sabem como foi permanentemente ameaçado e perseguido pela polícia política, materialmente lesado, impedido por largos períodos de sair do seu País ou de assinar escritos com o seu nome, e como dolorosamente o marcaram as quatro vezes em que foi preso pela polícia política. Mas também sabem como enfrentou sempre a adversidade, e encarou os algozes, com firmeza, coragem e destemor. Na fímbria dos seus textos mais densos encontra-se, por vezes, uma sombra de amargura mas nunca um sinal de resignação ou desânimo.

Foi preso pela primeira vez aos 17 anos, tendo sido conduzido à sede da PIDE no Porto, onde permaneceu isolado. Ele próprio me contou o episódio e como a Pide tentou atemorizá-lo.

Mais tarde, em 1952, por ter assinado uma carta dirigida a Salazar, de solidariedade com os presos políticos em greve da fome, na Fortaleza de Peniche, foi ele também preso e durante dez meses sujeito a interrogatórios.

Três anos depois, ocorreria uma das suas mais penosas prisões. Numa manhã de 1955, apressava-se D.Cecília Sacramento para ir dar aulas, na Escola de Aveiro onde era professora, quando uma brigada da PIDE entrou de roldão em sua casa e invadiu o quarto do casal. Prenderam com brutalidade o Marido e a ela impuseram humilhações que tanto a magoaram, sem que lhe tenham feito perder o sangue-frio e a dignidade. Não saíram sem selar o compartimento onde atendia os doentes. Foram dias de sofrimento e preocupação, de uma extrema violência íntima que levaram, grávida de oito meses, a que perdesse a que seria uma segunda filha. O texto que

escreveu sobre estes dias, “Era Maio”, é um dos mais impressionantes que conheço na literatura portuguesa da Resistência. Termina com estas palavras:

“ Quem me matou? Quem?”

Sabendo-me em perigo de vida, pelo que observara na minha visita, como médico que era, meu Marido exigira o que se lhe impunha, e viera, dias antes, para a cabeceira da minha cama, mediante o compromisso de voltar para a prisão, logo que a gravidade do caso passasse. A gravidade viera a ser ultrapassada pela morte.

Ao outro dia deste desfecho, o meu Marido partia de novo, pelo seu pé, para a prisão. E eu vi-o partir. Como vira partir, horas antes, o pequenino caixão da minha Filhinha.

Os olhos vêem tudo. Até fechados.

Era Maio, o tempo das rosas.”

Mário Sacramento viria a ser preso uma última vez, em 1962, juntamente com outros 14 democratas de Aveiro e de concelhos vizinhos. Mais uns meses de cadeia, de punição injusta da luta de toda uma vida.

Lembro o café Trianon, onde se encontrava com amigos, antes de iniciar as consultas médicas da tarde. Eram muitos os jovens que procuravam a sua mesa, porque era um manancial de informação e reflexão crítica, sabia ouvir, era vivaz e acutilante sem nunca perder a simplicidade, parecia nada querer ensinar e, no entanto, sempre alguma coisa aprendiam, aprendíamos, com ele. Muitos foram os que deram os primeiros passos da cidadania a partir deste convívio, curto, ocasional, mas tão marcante.

Mário pertencia a uma geração admirável, a de Álvaro Seiça Neves, Armando Seabra, João Sarabando, José Gouveia, Manuel da Costa e Melo, e outros democratas, gente generosa, solidária, de recto carácter, corajosa, inquieta, que não se acomodava, não se resignava, acolhia os mais novos, acarinhava os mais velhos, ajudava os mais frágeis, socorria os presos políticos, solidarizava-se com trabalhadores e estudantes em luta, procurava enganar a Censura para chegar mais longe, produzia cultura, disputava até ao limite as eleições fraudulentas, enfrentava a PIDE, lutava palmo a palmo pela liberdade, sempre buscando no Povo o motivo, a causa, a razão.

Os democratas de Aveiro eram uma referência nacional, pela unidade, pela iniciativa, pela dinâmica. A cidade era conhecida por “Berço da liberdade”, lembrança da Revolução liberal de 1828, dos seis heróis condenados à morte, enforcados e decapitados, como o desembargador Gravito ou Morais Sarmento (antepassado do Mário). Em plena Ditadura, com as cadeias do Tarrafal, Aljube, Caxias, Peniche e as instalações da PIDE cheias de presos políticos, donde chegavam os ecos de torturas e sofrimentos, com a Guerra Colonial e as suas inumeráveis vítimas, o aparelho repressivo vigilante e actuante, em Aveiro se organizavam os Congressos Republicanos, se apresentavam sempre listas em todas as falsas eleições consentidas pelo Regime, se assinalavam efemérides como o Centenário de José Estêvão, se comemoravam datas libertadoras, como o 31 de Janeiro e o 5 de Outubro. Todos os pretextos valiam para unir, esclarecer, mobilizar os democratas. Em todos os momentos havia a presença ou se sentia a força inspiradora de Mário Sacramento, como mais tarde, em 1973, aconteceu, quando centenas de pessoas, durante o 3º Congresso da Oposição Democrática, foram impedidas de efectuar uma romagem ao Cemitério onde está sepultado, por uma carga violenta da Polícia de Choque, o que teve um enorme impacto nacional e internacional, isolou e desacreditou mais o Regime e marcou o início do seu fim.

De grandes e pequenas lutas se fez a luta pela liberdade, longa de 48 anos e que culminou com a Revolução do 25 de Abril. Mário Sacramento conta, no seu Diário,

uma destas pequenas acções em que esteve empenhado – um abaixo-assinado em que se reclamava uma Amnistia para os presos políticos. Era sempre lenta a recolha de assinaturas pelos riscos que implicavam para os organizadores e para os signatários. Mário lembrou-se do que a mais ninguém ocorreu, de ir pedir a assinatura ao Bispo da Diocese, o senhor D. João Evangelista de Lima Vidal. Sabia ter sido missionário e pensava que era pessoa sincera e de bom fundo. Para estupefacção de toda a gente, habituada a ver a Igreja representada pelo Cardeal Cerejeira, sempre ao lado de Salazar, o Bispo assinou prontamente o pedido de Amnistia. Como narrou, com certa ironia, a partir de aí foram recolhidas milhares de assinaturas, “fábricas e repartições inteiras” e até alguns vinham subscrever o texto de motu proprio...

De muitas e pequenas lutas se fez a luta pela liberdade.

Mesmo na prisão o trabalho não parava. Foi num dos períodos mais longos no Forte de Caxias que escreveu “Fernando Pessoa – o poeta da hora absurda”, um texto menos bem-amado por alguma crítica literária, mas que teve o imenso mérito de realizar uma certa dessacralização da obra de Pessoa, como lucidamente observou Eduardo Lourenço.

O “Livro da Amizade – lembrando Mário Sacramento”, editado em 2009 pela Húmus, mas no essencial organizado pelo editor português Jorge Araújo, enumera mais de uma trintena de obras de sua autoria, ou em que colaborou, e quase três centenas e meia de textos insertos em jornais e revistas. Não pôde referir todos os textos, claro, porque o Mário andava centos de quilómetros para fazer uma conferência ou participar num colóquio, de que não ficaram memória escrita. Regista ainda mais de duzentos artigos escritos sobre a sua obra. O próprio livro reúne testemunhos sobre o seu perfil humano, cívico e intelectual, de personalidades tão diversas como Agostinho da Silva, Deniz-Jacinto, Ferreira de Castro, Fernando Namora, José Cardoso Pires, José Tengarrinha, Mário Castrim, Óscar Lopes, Rodrigues Lapa, Urbano Tavares Rodrigues, Virgílio Ferreira ou Virgínia Moura.

De entre muitos depoimentos sobre Mário Sacramento relevo os de Virgílio Ferreira e de Óscar Lopes.

Com Vergílio Ferreira manteve Mário um diálogo epistolar durante muitos anos. Infelizmente a PIDE, numa das devassas à sua casa, apreendeu muitas das cartas que lhe foram dirigidas. Uma perda irreparável. Escreve Vergílio Ferreira: “Dividido toda a vida, como julgo, entre o ser e o dever, era pelo dever que se decidia, sempre que uma escolha lhe era forçosa e possível.” Desta forma terá procurado Vergílio Ferreira dilucidar a sua própria escolha, e uma saída para o dilema em que terão sucumbido tantos intelectuais de raiz marxista. Mas o que faz a singularidade e a grandeza de Mário Sacramento foi, justamente, pela autenticidade da sua vida e obra, ter operado uma síntese desses dois polos, o ser e o dever, sofrida, dolorosa, é certo, mas sempre lúcida e assumida. Mário não calava dúvidas nem iludia tensões geradas, nem quando problematizava os relacionamentos entre estética e ideologia, ou entre materialismo e teologia cristã. No seu labor teórico perscrutava, ensaiava, confrontado com a praxis, que dizia ser o seu único critério de verdade, sem nunca abandonar a senda do rigor, da verdade científica, da inteireza moral e da firmeza ideológica. Não é possível interpretar o percurso cívico de Mário Sacramento cingindo-o à expressão de uma consciência crítica, como não é possível compreender a sua dimensão humana omitindo a condição de militante comunista, que foi permanente desde a sua juventude até ao final da sua curta e intensa vida.

Outro texto notável é o de Óscar Lopes, professor e crítico literário, com quem manteve um relacionamento intenso de muitos anos. É um dos mais belos que conheço, em língua portuguesa, sobre a amizade. Começa assim:

“Nunca pergunte por quem os sinos dobram: seja quem for que morreu, por quem eles dobram é por ti. Não sei de cor os versos de Donne, e não é preciso. Basta-me esta perturbação que vem da minha palavra sagrada, aquela que nunca pronuncio ou imagino sem estremecer desde o fundo, esta palavra “tu”, com a realidade espantosa de eu também ser tu para ti, a tal ponto que, quando o poeta pergunta por quem os sinos dobram, a resposta “dobram por ti”, é um jogo infinito de espelhos reflectindo-se entre si, o tu comum de nós todos.”

Na sua vasta obra, que muito influenciou a vida cultural do seu tempo, a par de João Gaspar Simões, Álvaro Salema ou Óscar Lopes, destaca-se a ensaística e a de crítica literária, que exerceu com regularidade no Diário de Lisboa, na Seara Nova, na Vértice, e em numerosas publicações nacionais ou locais. Parte dos textos foram reunidos nos três volumes dos Ensaios de Domingo, os dois últimos publicados postumamente. Por vezes davam origem a polémicas, com réplicas e tréplicas, onde, por sua parte, nunca se vislumbrava o assomo de um tom agreste ou duma deselegância, antes se reconhecia um contributo que se deseja partilhado para a construção de uma ideia. Não foram apenas os autores coetâneos que analisou. Os ensaios que dedicou a Eça de Queiroz ou a Raul Brandão são incontornáveis.

Foi a Mário que ouvi falar pela primeira vez, numa conferência no Ateneu de Coimbra, do extraordinário texto de Raul Brandão Balanço à Vida, com que inicia o 3º volume das Memórias, escrito telúrico de uma grande beleza sobre a condição humana, as mutações sociais e as suas contradições. Cotejou António Nobre e Raúl Brandão, ambos se inserindo numa certa vanguarda estética, disruptiva em relação aos padrões da época, mas com uma postura bem distinta sobre um tempo de mudança. Enquanto António Nobre plangia os seus versos sobre um mundo que se perdia, diria Pascoais “a saudade como esperança do passado”, Raúl Brandão questionava, reflectia sobre a injustiça que prevalecia nas relações sociais, escrevendo, numa despedida: “Espero pelo dia – mesmo na cova o espero -, em que acabe a exploração do homem pelo homem”.

Gostaria de referir, ainda que de forma breve, três dos livros de Mário Sacramento, porque nos permitem conhecer melhor o seu labor e a sua personalidade.

O primeiro intitula-se “Há uma estética neo-realista?”. Nele, Mário oferece uma chave para a interpretação do neo-realismo, como movimento nascido nos anos 30 e 40, época de erupção dos fascismos, que tomou esta designação em Portugal, e outras no Brasil ou nos Estados Unidos, por exemplo, mas que tem um sinal comum que o identifica: o que é novo é a presença humana, através do proletariado urbano ou rural, que surge na obra de arte ou na expressão literária, nas suas palavras, “como sujeito e não como objecto de transposição criadora”. Uma ruptura no campo literário e artístico. Alguns autores lhe chamaram a “batalha do conteúdo”, o que deu origem a uma leitura sociológica da criação artística e uma certa visão escolástica que teve, naturalmente, as suas recidivas. Mário defendia haver “um resíduo mágico na arte que não pode ser eliminado”. Sublinhando o valor de muitas obras neo-realistas, que fazem parte da história da arte e da literatura, rejeitava a absolutização de conceitos, na verdade estranha ao materialismo dialéctico.

O segundo, chama-se “Frátria – diálogo com os católicos ou talvez não”, no essencial constituído por textos da sua autoria, em grande parte publicados no semanário aveirense Litoral. A partir do Concílio Vaticano II e da Encíclica Mater et Magistra, do Papa João XXIII, ganharam corpo na Igreja as ideias daqueles que buscavam nos Evangelhos a sua vocação mais profunda, não apenas como redentora das almas mas como libertadora dos explorados e dos oprimidos. Mário procurava estender-lhes as mãos, percorrer com essa consciência nova caminhos afins, encontrar fontes comuns, partilhar dúvidas, distinguir o que os separava e os unia. Foi-lhe permitido apenas um

tacteo. Lutava contra a Ditadura já nas margens de um limite de resistência psicológica, e por isso o último artigo que escreveu se intitulava “SOS, SOS”.

O diálogo com os católicos foi uma audiciosa aventura intelectual, apenas esparsamente correspondida. Há sementes assim, lançadas à terra só florescem e frutificam nas primaveras da História.

O terceiro é um conto infantil, “O Ápis”, oferecido ao Ateneu de Coimbra para publicação no Ano Internacional da Educação, e há poucos anos reeditado pela Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, com prefácio de Francisco Duarte Mangas e ilustrações do pintor Roberto Machado. A atenção pelas crianças já motivara a sua primeira obra “A criança nas relações com o adulto”, de 1943, e são encantadores os desenhos que enviou da prisão para os seus filhos, alguns reproduzidos no “Livro da amizade”.

Podendo ser entendido como um conto infantil, e é-o sem dúvida, melhor diríamos que é um conto para crianças sem idade ou, dito doutro modo, dirigido à inocência que habita em cada ser humano e perdura toda uma vida.

Como obra de arte que é não termina em si mesmo, e quando pretendemos seguir uma interpretação metafórica logo nos surge como demasiado simplista. Se no género literário em que se insere há-de haver uma moralidade, valha então a de que foi a vaidade que perdeu o Ápis, ou que ele sofreu a penitência por não saber guardar um segredo. Mas outras são possíveis, como a que previne contra a negação da autenticidade de cada um, ou caustica os que traem os seus iguais por uma glória efémera.

O que parece inegável é que a chave de compreensão deste “Ápis” terá de ser encontrada entre as fibras mais íntimas do viver de Mário, aquele que lutou sem descanso e não chegou a ver as portas que Abril abriu.

Uma palavra final para lembrar que Mário Sacramento, entre tantos trabalhos, exercia a clínica médica, estudava, investigava, foi a Paris tirar um curso de especialização. Dos que a ele recorriam sempre se ouvia uma palavra de gratidão. Por isso, num dos testemunhos publicados se relata que um Guarda Republicano fora visto a algemar as mãos de Mário Sacramento às ordens de uma brigada da PIDE, e que não retinha as lágrimas. Era seu médico e tanto o estimava e tanto lhe devia.

A terminar, lembro aquele dizer de Mário: “*o fascismo é o fim da pré-história do homem*”. Apesar dos volteios da História é um dizer intemporal.

Porque o fascismo significa a violência instituída, o culto da guerra, a negação das mais elementares liberdades e a máxima exploração do trabalho humano. Os que lutaram contra o fascismo tinham o sonho de um mundo diferente, com direitos iguais, liberdade, paz entre os povos, cultura, justiça social. Em Portugal, esse caminho foi aberto com o 25 de Abril.

Mas por isso mesmo devemos lembrar que o fascismo está de regresso. 75 anos depois da vitória sobre o nazi-fascismo aí está de novo, com as suas máscaras e ardis, os seus desfiles ostensivos, os seus êxitos eleitorais, a sua linguagem de ódio, cumprindo o papel histórico de alienar as classes trabalhadoras em relação às causas da sua exploração e opressão.

É sempre tempo de dizer: os erros e insuficiências da democracia não se resolvem com menos democracia, ou sem democracia, mas com mais democracia, mais participativa, com uma cidadania informada e esclarecida, uma democracia em que o poder político não esteja subordinado ao poder económico, como determina a nossa Constituição. Tempo de dizer e de agir.

A luta contra o fascismo, pela liberdade, pela democracia, pela cultura, pela emancipação social, pela valorização do trabalho, em boa verdade, nunca termina, todos os dias recomeça e se renova.

Para esta luta a memória de Mário Sacramento a todos nos convoca. A todos.